

# AQUISIÇÃO ANTECIPADA

Modalidade:

(Recursos Próprios / FGTS / Parcelamento)

Proponente:	CPF:
Residencial:	Nº Contrato: <b>672</b>
Município:	UF:
Telefones:	
E-mail:	

<b>RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PRELIMINARES À CONTRATAÇÃO</b>
---

<b>CONTRATAÇÃO</b>		
<b>DOCUMENTAÇÃO GERAL</b> (para todas as modalidades)		
• <b>RG e CPF</b> (titular e coobrigado, se casado ou união estável for) - cópia autenticada	( ) OK	
• <b>Certidão de estado civil atual de todos os titulares</b> (Certidão de Casamento com ou sem averbações ou Certidão de Nascimento) (titular e coobrigado, se casado ou união estável) - cópia autenticada	( ) OK	
• Se <b>separado/divorciado/dissolução de união estável</b> : Certidão de casamento com a respectiva averbação da separação/divórcio ou Declaração de Dissolução de União Estável assinada por ambos os conviventes, acompanhada da decisão judicial/formal de partilha homologado pelo juízo ou escritura pública de formal de partilha, na qual determina o titular da posse do imóvel arrendado, se estado civil diferente do contrato de arrendamento	( ) OK	
• Se <b>União Estável</b> : Escritura Pública Declaratória de União Estável, lavrada em Cartório de Notas E MO29535 (solicitar modelo à Administradora ou à CAIXA)	( ) OK	
• Cópia da <b>Matrícula do imóvel</b>	( ) OK	
• Requerimento devidamente preenchido e assinado: <b>Termo de Antecipação do Exercício da Opção de Compra</b> - MO29501 (solicitar modelo à Administradora ou à CAIXA)	( ) OK	
• <b>Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa do IPTU</b> do imóvel arrendado (fornecida pela prefeitura via atendimento presencial ou via internet)	( ) OK	
• Atestado/ <b>Certidão de Valor Venal</b> do imóvel arrendado (fornecida pela prefeitura via atendimento presencial ou via internet)	( ) OK	
• <b>Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de débitos Condominiais, se for o caso</b> (fornecida pela Administradora do CONDOMINIO)	( ) OK	

<b>Se FGTS</b>		
• Cópia da CTPS <b>e/ou</b> Extrato analítico FGTS (comprovante de vínculo de 3 anos FGTS)	( ) OK	
• Declaração Negativa de Propriedade - MO 29181 (solicitar modelo à Administradora ou à CAIXA)	( ) OK	
• Declaração do IR e recibo de entrega de todos os titulares - Original e Retificadora (se houver)	( ) OK	
• Declaração de isenção do IR (se for o caso) Caso não tenha sido declarado, proponente deve enviar a página do site da Receita Federal em que consta que não houve a entrega - "Consultar restituição de imposto de renda (DIRPF)"	( ) OK	

<b>Se PARCELAMENTO</b>		
• Comprovante de Renda (no caso de atualização da pactuação de renda)	( ) OK	
• <b>Pesquisa CND</b> - Certidão de quitação de Tributos e Contribuições Federais - Receita Federal	( ) OK	

<b>Se for o caso de indicar procurador</b> , apresentar também, obrigatoriamente, os documentos relacionados abaixo:		
• Procuração por Instrumento Público original, conforme modelo a ser fornecido pela CAIXA (solicitar modelo MO29968 à Administradora ou à CAIXA) (OBS: validade 12 meses a partir da data da emissão)	( ) OK	
• Cópias autenticadas do RG e CPF do procurador	( ) OK	
<b>**Poderá ser exigida a apresentação de certidão atestando a inexistência de sua revogação</b>		

<b>Observações:</b>
Se <b>solteiro</b> - Certidão de nascimento; <b>casado</b> - certidão de casamento (para os regimes escolhidos diferentes de comunhão parcial de bens, com data de casamento a partir de 26/12/1977, é apresentado também o Pacto Antenupcial juntamente com a Certidão de Casamento. Em se tratando de regime obrigatório (ex: separação de bens), portanto, decorrente de lei (e não da escolha pelos nubentes), não há necessidade de pacto antenupcial); <b>separado judicialmente</b> - certidão de casamento com averbação de separação judicial; <b>divorciado</b> - certidão de casamento com averbação de divórcio acompanhada da decisão judicial/formal de partilha na qual determina o titular da posse do imóvel, ou Termo Aditivo para Exclusão de Arrendatário - MO19200 (modelo CAIXA) devidamente assinado pelos participantes; <b>viúvo</b> - certidão de casamento com averbação de óbito.
Poderá ser solicitada documentação complementar.
As despesas/emolumentos para efetivação da transferência da propriedade do imóvel, tais como ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) e custas cartorárias (despesas com o registro do contrato junto ao Cartório de Registro de Imóveis), deverão ser pagos pelo arrendatário/comprador simultaneamente à formalização do contrato e apresentados à CAIXA.